

Este texto foi por mim publicado no jornal 'PÚBLICO' em Novembro 1997, se não estou em erro. Lembrei-me dele ontem à tarde ao ouvir, descoroçoada e triste, a notícia da morte de um jovem operário (20 anos de idade) nas Minas da Panasqueira. Ficou soterrado por um desabamento de pedras e não resistiu aos ferimentos. Um representante do Sindicato invocou logo de seguida a falta de formação dos mineiros principiantes. O jornalista referiu que um colega da infeliz vítima ficara ferido ao tentar salvá-lo.

Os acidentes de trabalho continuam a matar muita gente em Portugal. E muitos serão muito provavelmente evitáveis.

Algumas coisas que então escrevi seriam premonitórias – mas na verdade era muito fácil prevêê-las.

Outras consumaram-se mais depressa do que eu esperava: caso evidente da existência de uma disciplina de *Direito da Igualdade Social* na FDUNL. E caso ainda do Curso de Pós-graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Coimbra, por cuja direcção científica sou co-responsável e onde a FDUNL tem importante participação em várias matérias. No seu programa cabem muitas das questões a que aqui me refiro.

À data da publicação do texto, esta Faculdade, a NOVA, estava a dar os primeiros passos. Eu ensinava na 'Clássica', onde fiz parte da licenciatura (que terminei em Coimbra) e onde me doutorei.

## **OBRAS PÚBLICAS (1997)**

Até há uns dois anos, quando eu passava na Ponte dita '25 de Abril', a caminho de Lisboa e do trabalho, a imagem que mais frequentemente me ocorria eram cenas do *Metropolis*, de Fritz Lang. O rolar incessante dos automóveis, a agitação preguiçosa dos navios, lá em baixo, que a distância torna quase irreal, e sobretudo as ruidosas aproximações à pista da Portela dos aviões bem em cima das nossas cabeças – na Faculdade, quando o vento está de Sudoeste, aterram no meio das aulas; espero que continue a ser só metaforicamente, até Ota e Rio Frio se resolverem... As aeronaves, dizia eu, a que por vezes se juntam uns zepelins publicitários e uns helicópteros que nos dizem a grande novidade de que estamos numa fila compacta de trânsito – o que dá um enorme alívio, não fosse pensarmos que estamos a ter um pesadelo a dormir – faziam-me pensar que, se fosse precisa, essa seria a prova do génio visionário do grande cineasta alemão.

Depois, é claro, por associação mental e (de)formação profissional, revia imaginariamente com enorme gozo as cenas finais do 'M' – da palavra alemã '*Mord*', que em português se pode traduzir por 'assassinato'): De frente a um temível Tribunal Popular de mendigos e bandidos, o assassino das crianças finalmente descoberto sente o alívio da mão pesada da lei quando o polícia lhe toca no ombro, no mesmo gesto o prendendo e lhe oferecendo a protecção do Estado de Direito: '*In Nahmen des Gesetzes...*' ('Em nome da lei').

É um homem cego que acaba por encontrar o assassino, porque a sua impossibilidade de ver com os olhos o fez aprender a 'ver' com os ouvidos. (Eu tive um colega de curso na Faculdade de Direito que era invisual e que nos conhecia a todos pelo timbre da voz). A sua capacidade de *ouvir* fá-lo notar a coincidência da melodia de um assobio sempre que uma criança é raptada – homenagem, também, ao cinema sonoro, certamente. E a sensibilidade e a inteligência do realizador enchem-me de espanto e admiração, enquanto presto cuidadosamente atenção aos condutores nas faixas estreitas, a meu lado, tentando adivinhar pela sua posição ao volante, pela expressão facial (quando estão muito próximos!) ou pelo simples evoluir da sua condução se tencionam atirar-se para cima de mim. É um pouco cansativo, mas também é divertido e já me salvou de um condutor de camião (provavelmente) adormecido na estrada de Sesimbra – não ganhei para o susto, é claro, mas lá me safei com uma guinada instintiva para a berma e um concerto prolongado da (minha) buzina.

Mas a partir do início das obras de alargamento e do comboio na Ponte, e da Expo, e da outra ponte, e de tudo o mais que faz parecer Lisboa, que já foi linda, um estaleiro permanente e eterno (eu sei: três quartos das actuais obras deveriam ter sido feitas há vinte e cinco anos ou mais; outras nunca deveriam sê-lo, é claro, como a sistemática vandalização da arquitectura das Avenidas Novas e outras 'graças' que destruíram irremediavelmente boa parte do nosso património urbano)... Só consigo pensar em duas coisas: uma delas é qual vai ser a próxima camioneta da pedra a partir-me o pára-brisas ou a levar-me um dos espelhos laterais.

A outra, muito mais tragicamente, é qual vai ser, de aqueles operários que ali andam suspensos entre a vida e a morte, e que às vezes me sorriem quando passo por volta do meio-dia, quando interrompem o trabalho, qual deles vai ser a próxima vítima. Eu sei que empreendimentos desta envergadura comportam necessariamente riscos, mas também sei que em Portugal o respeito pelas regras de segurança – e em particular as da segurança no trabalho – é considerado, em geral, como um esoterismo dalgum país longínquo e brumoso. A urgência de acabar obras, o recurso sistemático à subcontratação, que leva os operários a trabalhar numa cadeia infinda de organizações sem rosto nem responsabilidade, a facilitação das coisas, tão portuguesa e tão trágica, tantas vezes... Vendo bem, não sei se não deveria criar-se outro Projecto Vida, não relacionado com a Droga, mas com a Segurança no Trabalho. Qual faz mais vítimas? Para já, lembrarei que à magistratura do Ministério Público cabe a responsabilidade de não deixar que as regras de segurança e as suas violações sejam letra morta nuns Códigos que ninguém lê e muito poucos cumprem.

(Para este efeito, e para outros - como a pompa das inaugurações e o inacabado dos arredores e a violência sobre os vizinhos, obras como as do Centro Comercial Colombo também são 'públicas'. Só há uma coisa que me faz espécie: já revogaram o *Small is beautiful* ? Quando em Portugal, daqui a muitos anos, se proibir a construção de centros comerciais - como me dizem que já aconteceu num país escandinavo, não me lembro qual - choraremos os disparates urbanos que agora ninguém quer ver?)

Mas talvez a minha maior aflição seja: E quando todas estas obras estiverem prontas e a euforia fontista deste fim-de-século tiver esmorecido? Quando o síndrome de Schengen atacar em força, porque já não precisamos dos imigrantes, legais ou ilegais, que suportaram o esforço acrescentado de todas estas construções de 'fim de império'? Que xenofobia despontará neste recanto da 'fortaleza europeia'? Será com a sua expulsão que os próximos Governos irão – finalmente... – cumprir a pateticamente repetida promessa de 'erradicar as barracas'? Naturalmente, ainda não foi compreendido que uma planta cortada no caule cresce outra vez, a menos que se arranque a raiz. E a raiz longínqua das barracas e do racismo que ameaça tomar conta de nós numa versão mais violenta do que o tradicional racismo português, ambíguo e paternalista, que oficialmente afinal nunca existiu, é a mesma. Múltipla, é claro, como as raízes difíceis de arrancar, mas a mesma.

Na Universidade de Kent, Inglaterra (em Cantuária), onde passei um ano a estudar, existe uma das Faculdades de Direito mais abertas e modernas (no melhor sentido do termo) que conheço. No curso de mestrado em Direito, uma das cadeiras tinha por tema *Race Relations*. Terá chegado a hora de os (e as) juristas do meu País começarem a pensar nestas coisas?

Teresa Pizarro Beleza  
Faculdade de Direito  
Universidade Nova de Lisboa